

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.362.751 - RS (2018/0236487-0)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : **ARDI ALIPIO HUGENTOBLE**
AGRAVANTE : **GIJON AUTOMOTIVOS LTDA**
AGRAVANTE : **ERENI THEREZINHA EICHNER**
AGRAVANTE : **FERNANDO VICENTE BRIXNER**
AGRAVANTE : **GERVINO BOHN KOCHENBORGER**
ADVOGADOS : **MOACIR LEOPOLDO HAESER - RS045143**
 AUGUSTINHO GERVASIO GOTTEMS TELOKEN - RS028958
 JOÃO PEDRO WEIDE - RS057079
AGRAVADO : **OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **PAULA MALTZ NAHON - RS051657**
 GABRIEL DE FREITAS MELRO MAGADAN - RS044046
 CARLOS EDUARDO NETTO COSTA - RS075325
 JULIO CESAR KNORR DE OLIVEIRA - RS081775
 DÉBORA MARCELO ALEXANDRE - RS101112

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÕES DE OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO CONFIGURAÇÃO. SUPOSTA POSSIBILIDADE DE LIBERAÇÃO DE VALORES QUE FOI AFASTADA NA ORIGEM. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA 7/STJ.

AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por ARDI ALIPIO HUGENTOBLE e OUTROS em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundamentado na alínea "a", do inciso III, do artigo 105, da Constituição Federal e interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM/OI. PEDIDO DE LIBERAÇÃO DE VALORES. IMPOSSIBILIDADE NO CASO CONCRETO. INEXISTÊNCIA DE VALORES DEFINIDOS PARA CADA UM DOS CREDORES. IMPOSSIBILIDADE DE PROSEGUIMENTO DA DEMANDA, POIS O PEDIDO IMPLICA DIRETAMENTE EM ATOS EXPROPRIATÓRIOS E PERDA

PATRIMONIAL À PARTE AGRAVADA. NECESSIDADE DE PERÍCIA PARA APURAÇÃO DOS VALORES. MANTIDA DECISÃO. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME. (fl. e-STJ 539)

Opostos embargos de declaração, restaram desacolhidos.

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 619-638), apontam as partes recorrentes ofensa ao disposto nos arts. 1.022, 141, 223, 492, 505 e 507 do CPC/2015.

Alegam negativa de prestação jurisdicional por omissão sob a alegação de que o valor confessado como devido pela executada na inicial do incidente, em 2012, se enquadra nos casos de exceção estabelecido pelo juízo universal (e-STJ fl. 626).

Defendem que o bloqueio para a garantia do juízo foi efetuado em 15/06/2012 e a impugnação foi apresentada em 04/07/2012, ocasião em que a devedora expressamente confessou ser devido o valor de R\$ 24.680,70 (e-STJ fl. 628).

Foram especificamente impugnados os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Com efeito, a irresignação recursal não pode prosperar.

Quanto à alegada violação do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, constata-se que não há nulidade por omissão, tampouco negativa de prestação jurisdicional, no acórdão que decide **com fundamentação suficiente a controvérsia**.

A pretensão recursal, em verdade, traduz-se em **inconformismo** com a decisão posta. Amolda-se à espécie, pois, o entendimento pretoriano consolidado quanto à desnecessidade de que o Tribunal, ao proferir sua decisão, aprecie expressamente todas as questões suscitadas pelas partes, bastando que no acórdão constem os fundamentos utilizados para se chegar à conclusão exteriorizada e esta

apresente uma solução à questão jurídica que lhe foi submetida pelas partes.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUÍZO PRÉVIO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. ANÁLISE DO MÉRITO. POSSIBILIDADE. SÚMULA 123 DO STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO CONFIGURAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO DE QUESTÕES CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE.

(...)

2. Quando o Tribunal de origem, ainda que sucintamente, pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, não se configura ofensa ao artigo 535 do CPC. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte.

3. (...)

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no Ag 1265516/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 22/06/2010, DJe 30/06/2010, grifei)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. VÍCIO NÃO CONFIGURADO. MULTA ADMINISTRATIVA. NULIDADE POR CERCEAMENTO DE DEFESA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DE PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INVIABILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.

1. Não há falar em omissão existente no acórdão quando o Tribunal local julga integralmente a lide, apenas não adotando a tese defendida pela recorrente, tampouco se pode confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional. Precedentes.

2. [...]

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1036898/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 12/06/2017)

No que tange à violação dos arts. 141, 223, 492, 505 e 507 do CPC/2015, o inconformismo mais uma vez não prospera.

Na espécie, a Corte local, com base nos elementos fático-probatórios dos

autos, concluiu pela ausência de preenchimento dos requisitos para liberação dos valores em favor das partes ora recorrentes, com a seguinte fundamentação:

*(...) **inexistindo valores definidos**, não há como ser deferido o pedido de levantamento como pretendem os agravantes.*

Ademais, no caso concreto, necessitando de perícia e intimação da parte ora agravada para pagamento dos honorários periciais, não há como prosperar o pedido para prosseguimento do feito.

Considerando que o pedido implica diretamente em atos expropriatórios e perda patrimonial à parte agravada, tal circunstância deve ser evitada em face do recebimento do pedido de recuperação judicial. (e-STJ fl. 542 g.n.)

Desse modo, constata-se que o acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso.

No mesmo sentido: AREsp nº 1.446.413-RS, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, in DJ 22.04.2019; e, AREsp nº 1.352.965-RS, Rel. Ministro Raul Araújo, in DJ 03.06.2019.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, NEGAR-LHE provimento.

Advirta-se que *"não cabe a majoração dos honorários advocatícios nos termos do § 11 do art. 85 do CPC de 2015 quando o recurso é oriundo de decisão interlocutória sem a prévia fixação de honorários"* (AgInt no REsp 1.507.973/RS, Relator o Ministro João Otávio de Noronha, julgado em 19/5/2016 e publicado no DJe de 24/5/2016).

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator